

MUNDO EM DISPUTA

Em meio às tensões no Estreito de Ormuz, à corrida por inteligência artificial, dados e minerais críticos, Lula leva ao G7 a defesa de uma nova governança global, baseada na multipolaridade, na soberania dos países e no direito ao desenvolvimento do Sul Global

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 15 de junho de 2026 Nº 241

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Interino: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338





CAPA

No G7, Lula defende nova governança global em meio a tensões em Ormuz e disputa por IA

pág. 04

“É preciso ter um código da estrada para a inteligência artificial”, defende António Costa no G7

pág. 08

G7 começa em segundo plano pressionado por acordo EUA-Irã, protestos e guerra na Ucrânia

pág. 10

Lula leva agenda do Sul Global ao G7 em reuniões com Japão e União Europeia

pág. 11

BRASIL

“O Brasil precisa modernizar suas oportunidades”, alerta PNUD sobre desenvolvimento humano recorde

pág. 13

Move Brasil oferece crédito mais barato a entregadores por app e dá visibilidade à categoria, diz Lula

pág. 16

POLÍTICA

Fim da escala 6x1 chega ao Senado em disputa sobre tempo, produtividade e renda

pág. 18

Delação de Vorcaro é rejeitada por PF e PGR, e caso Banco Master volta ao STF

pág. 21

COPA DO MUNDO

Prefeito de Nova York cita jogador Sócrates e a ‘Democracia Corinthians’ em discurso no início da Copa

pág. 23

ARTIGO

Darcy Ribeiro e Portinari: um encontro do povo chinês com a alma brasileira

pág. 25

INTERNACIONAL

Reino Unido proíbe acesso de menores de 16 anos a redes sociais

pág. 27

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Visão internacional: como China, Estados Unidos e África do Sul enxergam o Brasil?

pág. 28

Protagonismo do Brasil na pauta ambiental é tema na II Conferência Nacional de Política Externa

pág. 30

Governo e movimentos debatem criação de conselho participativo sobre política externa

pág. 31

Palestra do embaixador Audo Faleiro abre II Conferência de política externa na UFABC

pág. 33



FRANCE

ÉVIAN

2026



Lula se reúne com Emmanuel Macron em Évian-les-Bains, na França, durante a Cúpula do G7, onde o Brasil defende multipolaridade, soberania tecnológica e nova governança global diante das disputas por energia, dados, inteligência artificial e minerais críticos.

Ricardo Shuckert/PR

No G7, Lula defende nova governança global em meio a tensões em Ormuz e disputa por IA

Em Évian-les-Bains, Lula leva ao G7 a defesa da multipolaridade, da soberania dos países e de uma nova governança global em meio à crise no Estreito de Ormuz, à disputa por inteligência artificial, dados e minerais críticos

Guto Alves e Fernanda Otero
Colaborou Fernanda Otero, direto de Évian-les-Bains

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou à Cúpula do G7, em Évian-les-Bains, na França, com uma agenda que coloca o Brasil no centro de algumas das principais disputas do mundo atual. Entre os dias 15 e 17 de junho, líderes das maiores economias ricas discutem guerra, energia, comércio, inteligência

artificial, minerais críticos e financiamento ao desenvolvimento. O Brasil participa como convidado, mas leva ao encontro uma posição própria, construída em fóruns internacionais, nas relações com o Sul Global e na defesa de uma nova governança global.

Lula participa pela décima vez de uma reunião do G7. A presença recorrente do presidente brasileiro no fórum mostra a relevância do país em debates que já não cabem apenas na mesa das potências tradicionais. O Brasil preside articulações do Sul Global, integra os BRICS, sediará a COP30 em Be-

lém e busca ampliar sua presença em negociações sobre clima, tecnologia, comércio, energia e segurança internacional. Em Évian, essa posição ganha peso em um momento de forte instabilidade.

Antes de embarcar, Lula resumiu o sentido político da viagem. Disse que decidiu participar da cúpula porque “é preciso alguém tentar colocar ordem na casa” diante do “desmonte do multilateralismo, da democracia e da desvalorização das instituições”.

Também defendeu a reconstrução da ONU como resposta à crise das instituições internacio-

nais. “Se a ONU não está funcionando hoje, não é destruindo a ONU que a gente vai consertar o mundo, é reconstruindo a ONU”, afirmou.

A fala organiza a presença brasileira no G7. O governo Lula defende que a reorganização do poder mundial não pode ser conduzida apenas pelas economias ricas, pelas grandes potências militares ou pelas empresas que controlam plataformas digitais, algoritmos e infraestrutura de inteligência artificial. Para o Brasil, a governança global precisa incorporar os países em desenvolvimento nas decisões sobre paz, tecnologia, comércio, financiamento, energia e clima.

Além do Brasil, a cúpula convidou Índia, Quênia, Coreia do Sul e Egito. A ampliação da mesa sinaliza o reconhecimento de que os temas centrais do encontro dependem de países que concentram população, recursos naturais, mercados consumidores, biodiversidade e capacidade produtiva. A diferença, desta vez, é que o G7 se reúne sob pressão direta de crises simultâneas e de um ambiente internacional mais fragmentado.

O mundo chega tensionado ao G7

A reunião em Évian começou com parte da atenção voltada para fora do encontro. Às vésperas da cúpula, Donald Trump anunciou, em rede social, que um entendimento entre Estados Unidos e Irã estava concluído e que a circulação de petróleo pelo Estreito de Ormuz seria retomada. A declaração deslocou o noticiário internacional para o Golfo Pérsico antes mesmo da abertura formal das reuniões.

O Estreito de Ormuz é uma das passagens marítimas mais sensíveis do comércio mundial de energia. Qualquer ameaça à na-

vegação no corredor afeta preços do petróleo, cadeias produtivas, inflação e decisões econômicas em diferentes países. O anúncio de Trump foi recebido com alívio cauteloso por governos e mercados, mas ainda cercado de dúvidas sobre a extensão real do acordo, a segurança da navegação e o futuro do programa nuclear iraniano.

A apuração da Focus Brasil em Évian registra que o tema atravessou a chegada dos líderes e empurrou o G7 para uma postura defensiva. O anúncio norte-americano colocou no centro da semana uma questão que sintetiza a fragilidade da ordem internacional. Um corredor energético estratégico, uma guerra com impacto global, um acordo anunciado por rede social e uma mesa de líderes tentando medir seus efeitos.

A guerra na Ucrânia também voltou a impor gravidade à cúpula. Novos ataques russos atingiram cidades ucranianas na véspera do encontro, enquanto Volodymyr Zelenskyy cobrava dos líderes do G7 mais pressão sobre Moscou e reforço da defesa aérea. Em paralelo, protestos contra o G7 reuniram milhares de manifestantes em Genebra e terminaram em confronto com a polícia, com episódios de depredação e forte aparato de segurança.

Esse ambiente ajuda a explicar a importância de espaços multilaterais, mesmo quando suas limitações ficam evidentes. O G7 não resolve sozinho as crises que atravessam o mundo, mas reúne governos que ainda concentram poder financeiro, tecnológico, militar e comercial. Para o Brasil, participar desse debate é uma forma de disputar o conteúdo das decisões e defender que os países em desenvolvimento não sejam tratados apenas como território de extração, mercado consumidor ou zona de influência.

Lula e Trump diante da ordem global

A presença de Trump em Évian acrescenta outra camada à cúpula. O presidente dos Estados Unidos chega ao G7 depois de novas ameaças tarifárias e de uma política externa marcada por decisões unilaterais. O Brasil foi diretamente atingido por esse movimento. O governo norte-americano propôs uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros em uma investigação comercial que também mira o Pix, a regulação das plataformas digitais e decisões soberanas do país.

A reação de Lula foi de afirmação nacional. O presidente brasileiro disse que o país buscará novos parceiros comerciais e que não aceitará pressões externas sobre escolhas internas. “O Brasil é dono do seu nariz. Este é um país democrático e soberano”, afirmou. A declaração dialoga com a viagem ao G7 porque coloca comércio, tecnologia e soberania no mesmo campo de disputa.

A diferença de abordagem entre Lula e Trump aparece no método. Trump opera com anúncios diretos, pressão tarifária e defesa explícita de interesses norte-americanos. Lula leva ao G7 uma agenda de reconstrução de instituições multilaterais, reforma da ONU, fortalecimento da OMC, regulação internacional da inteligência artificial e ampliação da voz do Sul Global. O contraste não é apenas de estilo. Ele expressa duas formas de lidar com um mundo em reacomodação.

Para o Brasil, a defesa do multilateralismo não é uma fórmula diplomática. Ela se relaciona à capacidade de proteger o Pix, regular plataformas, ampliar mercados, reduzir vulnerabilidades externas, atrair cooperação tecnológica e disputar regras mais equilibradas no comércio internacio-

nal. A soberania, nesse contexto, passa também pela capacidade de decidir como o país usa seus dados, seus recursos naturais e sua política de desenvolvimento.

A agenda brasileira em Évian

Antes da abertura formal dos debates, Lula realizou encontros bilaterais com o presidente da Suíça, Guy Parmelin, em Genebra, e com o presidente da França, Emmanuel Macron, em Évian-les-Bains. Com Parmelin, tratou da ampliação do comércio bilateral e da diversificação das exportações. Também discutiu o acordo entre Mercosul e EFTA, bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Com Macron, a conversa passou por cooperação bilateral, defesa, supercomputadores e integração entre a Guiana Francesa e o Amapá. O interesse francês em apoiar o Brasil na área de supercomputadores tem relação direta com a agenda de inteligência artificial, pesquisa e soberania tecnológica. O encontro também destacou o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, uma das principais frentes de cooperação estratégica entre os dois países.

Essas reuniões ajudam a mostrar que a presença brasileira no G7 não se limita ao discurso. O governo tenta transformar a cúpula em espaço de articulação concreta, com abertura de mercados, cooperação tecnológica, defesa de interesses comerciais e aproximação com parceiros estratégicos. Em um cenário de protecionismo e tensão comercial, a diversificação de relações externas é parte da política de soberania.

O Brasil também chega ao encontro com avanços recentes no comércio exterior. Em Genebra, poucos dias antes da cúpula, o país apresentou na Organização

Mundial do Comércio resultados do Portal Único de Comércio Exterior. A integração de órgãos, a redução de prazos e a modernização dos procedimentos fazem parte de uma estratégia para melhorar a inserção brasileira no comércio internacional e reduzir custos para o setor produtivo.

Inteligência artificial, dados e poder

A inteligência artificial é um dos temas centrais da agenda de Lula no G7. A cúpula discute oportunidades e riscos da tecnologia, proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, infraestrutura e papel das grandes empresas do setor. Executivos de big techs e empresas de IA foram chamados para debates ligados ao encontro, o que evidencia o peso político dessas companhias na reorganização da economia global.

O governo brasileiro tem defendido que a regulação da inteligência artificial precisa ser construída em ambiente multilateral, com participação dos Estados e da sociedade. Em fevereiro, durante agenda na Índia, Lula afirmou que a IA deveria ficar sob responsabilidade de uma instituição “com o porte das Nações Unidas”, de modo a beneficiar a sociedade como um todo, e não “um ou dois donos”.

No G7, essa discussão ganha dimensão estratégica. O controle de dados, algoritmos e infraestrutura digital define quem terá capacidade de produzir conhecimento, prestar serviços públicos, proteger crianças, desenvolver sistemas de saúde e educação e participar das novas cadeias produtivas. Para países do Sul Global, o risco é repetir no mundo digital uma relação histórica de dependência, com dados extraídos de suas populações e valor econômico concentrado em empresas sediadas nos países ricos.

A apuração em Évian também mostra que a proteção de crianças e adolescentes entrou com força na agenda internacional. O Reino Unido anunciou medidas para restringir o acesso de menores de 16 anos a determinadas plataformas, com exigência de mecanismos de verificação de idade e possíveis limites ao uso de chatbots de IA. O tema dialoga com a posição brasileira de tratar o ambiente digital como espaço sujeito a regras públicas, especialmente quando envolve crianças, adolescentes, mulheres e grupos vulneráveis.

Para Lula, a inteligência artificial não pode ser vista apenas como inovação de mercado. Ela reorganiza trabalho, consumo, serviços públicos, segurança, educação, saúde e informação. Sem governança pública, tende a concentrar renda, poder e capacidade tecnológica. Com regras democráticas e cooperação internacional, pode ser incorporada a projetos de desenvolvimento, inclusão e melhoria dos serviços oferecidos à população.

Minerais críticos e desenvolvimento

Outro ponto sensível da cúpula é a disputa por minerais críticos. A transição energética, a indústria de semicondutores, baterias, carros elétricos, defesa e infraestrutura digital dependem de recursos que se tornaram estratégicos para as grandes potências. O G7 discute formas de reorganizar cadeias globais de suprimento e reduzir dependências externas. O Brasil entra nessa conversa com reservas relevantes e uma posição clara.

Segundo o Itamaraty, o país possui a segunda maior reserva de terras raras e minerais críticos do planeta. A posição brasileira é que essa riqueza não deve recolonizar o país na condição de exportador primário sem agregação



de valor. O governo defende que a exploração desses recursos esteja associada a industrialização, inovação, emprego qualificado, tecnologia e desenvolvimento regional.

O tema dialoga com a Nova Indústria Brasil e com a estratégia de transição ecológica do governo Lula. Recursos naturais, energia limpa, biodiversidade e capacidade científica podem sustentar um novo ciclo de desenvolvimento, desde que o país retenha parte relevante do valor gerado. No G7, a disputa por minerais críticos mostra como a tecnologia depende de território, energia, logística e decisões políticas.

Esse é um dos pontos em que a defesa brasileira da multipolaridade se torna mais concreta. Multipolaridade não significa apenas a existência de mais atores no sistema internacional. Significa também o direito dos países de decidir como usar seus recursos, como se inserir nas cadeias globais e como

transformar vantagens naturais em desenvolvimento produtivo e social.

O Sul Global na mesa das decisões

A principal mensagem de Lula ao G7 é que a governança global precisa incorporar os países que ficam fora das decisões, mas sofrem seus efeitos. Guerras elevam energia e alimentos. Tarifas reorganizam mercados. A falta de financiamento climático compromete adaptação e proteção ambiental. A concentração tecnológica amplia dependências. A dívida limita políticas públicas em países em desenvolvimento.

Por isso, o Brasil pretende cobrar a ampliação da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, mecanismo pelo qual países industrializados financiam ações de bem-estar e desenvolvimento econômico em países vulneráveis. Segundo o Itamaraty, esses valores caíram nos últimos anos,

o que aumenta a preocupação entre economias em desenvolvimento.

A defesa do Sul Global, na agenda brasileira, não aparece como gesto retórico. Ela se expressa na cobrança por financiamento, na defesa da reforma da ONU, no fortalecimento da OMC, na regulação da inteligência artificial, na agregação de valor aos minerais críticos e na busca por comércio mais equilibrado. Em Évian, Lula tenta ligar esses temas sob uma mesma estratégia.

O G7 discute como proteger cadeias produtivas, conter guerras, garantir energia, regular tecnologia e preservar influência. O Brasil leva ao encontro a defesa de que essas decisões não podem ficar restritas ao núcleo tradicional do poder mundial. A disputa envolve regras, recursos, dados, mercados e instituições. É nesse terreno que Lula tenta afirmar o papel do Brasil como voz de soberania, desenvolvimento e multipolaridade. ■



Wikimedia Commons/reprodução

António Costa, presidente do Conselho Europeu, defendeu no G7 o fortalecimento do multilateralismo, a regulação da inteligência artificial e uma nova cooperação internacional diante das disputas econômicas e tecnológicas globais

“É preciso ter um código da estrada para a inteligência artificial”, defende António Costa no G7

Em coletiva acompanhada pela Focus Brasil no G7, António Costa e Ursula von der Leyen defenderam regulação da inteligência artificial, controle sobre big techs, fortalecimento do multilateralismo e nova cooperação econômica global

Por Fernanda Otero, direto de Évian-les-Bains

As vésperas da abertura oficial do G7 em Évian-les-Bains, na França, o presidente do Conselho Europeu, António Costa, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentaram as prioridades da União Europeia para a cúpula. Em uma agenda atravessada por disputas econômicas,

guerras, saúde pública e transformação tecnológica, os dois dirigentes defenderam o fortalecimento do multilateralismo e uma atuação coordenada para enfrentar problemas que ultrapassam fronteiras nacionais.

A coletiva, acompanhada pela Focus Brasil no local da cúpula, mostrou uma União Europeia empenhada em apresentar sua posição diante de um cenário internacional instável. Costa concentrou parte de sua fala na necessidade de rever as relações de cooperação entre países desenvolvidos

e em desenvolvimento. Von der Leyen, por sua vez, destacou os desequilíbrios econômicos globais, a dependência em setores estratégicos, a guerra na Ucrânia, o conflito no Oriente Médio, a epidemia de Ebola e os desafios regulatórios da inteligência artificial.

Multilateralismo e combate às desigualdades

António Costa dedicou parte significativa de sua fala à necessidade de reformular as relações de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ele defendeu uma mudança de paradigma na governança internacional, pois “Europa, Brasil, Quênia e a economia do planeta dependem do multilateralismo”.

“A União Europeia está firmemente comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a erradicação da pobreza. Chegou a hora de superar e ir além da tradicional relação entre doador e beneficiário; é momento de avançar para parcerias mútuas e equilibradas, repensando a cooperação para o desenvolvimento e a arquitetura financeira internacional”, afirmou.

Para Costa, o Global Gateway, principal instrumento europeu de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento, representa esse novo modelo de cooperação, baseado em benefícios compartilhados, e não em relações hierárquicas.

Ebola e resposta às crises globais

O presidente do Conselho Europeu também ressaltou a necessidade de respostas coordenadas para crises internacionais, destacando a epidemia de Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda.

“O grupo G7 está mobilizando recursos humanos e de saúde para

ajudar os países afetados pela doença, a fim de interromper sua propagação. Este é um problema global e a UE fortalecerá seu apoio, continuando a trabalhar de forma muito próxima com seus parceiros internacionais”, declarou.

A fala reforçou a avaliação europeia de que desafios sanitários globais exigem mecanismos multilaterais, cooperação internacional permanente e capacidade de resposta rápida.

China, desequilíbrios econômicos e minerais críticos

Na avaliação de Ursula von der Leyen, um dos temas centrais do encontro é o agravamento dos desequilíbrios econômicos globais. “Nosso principal objetivo aqui é, por um lado, enfrentar os desafios estruturais da economia global, especificamente os desequilíbrios globais e as sobrecapacidades, e, por outro, focar nas crises que afetam a todos nós: a guerra na Ucrânia, o conflito no Oriente Médio e a epidemia de Ebola”, disse a líder do bloco dos 27 Estados-membros.

“O ano de 2025 será lembrado como o ano em que, pela primeira vez, todos os Estados-membros tiveram um déficit comercial com a China. A União Europeia registrou seu maior déficit comercial da história, de 360 bilhões de euros. Isso não é sustentável”, afirmou.

Apesar do diagnóstico crítico, a dirigente rejeitou a ideia de rompimento econômico com Pequim. “Nossa estratégia na Europa é clara: reduzir riscos, não nos desconectar.”

Segundo von der Leyen, a resposta europeia passa pelo fortalecimento da produção doméstica, pela ampliação dos acordos comerciais e pela proteção dos mercados contra práticas consideradas desleais.

A presidente da Comissão Europeia também associou a questão dos minerais críticos ao debate sobre desigualdade econômica global. Ela defendeu um modelo que permita aos países produtores agregar valor às suas riquezas naturais.

“O nosso princípio com o Global Gateway e com os acordos de livre comércio é trabalhar em conjunto para que a extração de minerais críticos leve à criação de uma cadeia de valor local, criando empregos e desenvolvimento no próprio país.”

A declaração dialoga diretamente com países como o Brasil, que concentram reservas estratégicas de minerais utilizados na transição energética e nas novas tecnologias.

Inteligência artificial, inovação e regras

A inteligência artificial apareceu como outro eixo prioritário da agenda europeia. Von der Leyen defendeu mecanismos internacionais de cooperação para avaliação e monitoramento dos novos modelos de IA, comparando a necessidade de testes prévios à segurança na aviação.

A presidente também afirmou que a disputa global em torno da IA não será vencida apenas pelo desenvolvimento da tecnologia, mas por sua capacidade de aplicação econômica. “Os países do G7 precisam vencer a batalha da adoção. E isso significa aplicação, aplicação e mais aplicação.”

Além da produtividade técnica, von der Leyen deu especial atenção à segurança no ambiente digital, defendendo que a responsabilidade das empresas de tecnologia deve ser priorizada para proteger os usuários mais vulneráveis.

“O debate não é se os jovens devem ter acesso às redes sociais; o debate é se as redes sociais devem

ter acesso aos nossos filhos e adolescentes, e quando. O argumento para atrasar o acesso por causa dos riscos está cada vez mais forte e as plataformas devem provar que são seguras por design”, enfatizou a presidente da Comissão Europeia.

Ao final da coletiva, respondendo a uma pergunta da Focus Brasil sobre a concentração de poder nas grandes empresas de tecnologia e a necessidade de maior regulação internacional da inteligência artificial, António Costa destacou que a União Europeia já exerce papel de liderança nesse debate.

“A União Europeia foi o primeiro bloco econômico a ter uma regulação muito clara da inteligência artificial. E essa legislação europeia tem estado a ser adotada como padrão em vários países.”

Segundo ele, o desafio é equilibrar inovação e proteção social. “Aquilo que nós temos de fazer é prosseguir o diálogo com as grandes empresas tecnológicas, tendo em conta que temos de assegurar a proteção das nossas democracias, a proteção dos direitos dos trabalhadores e da nossa vida em sociedade, mas ao mesmo tempo criar espaço para a inovação.”

Costa encerrou a resposta com uma comparação entre inteligência artificial e outras tecnologias que transformaram a sociedade. “O automóvel é a forma ótima de nos deslocarmos. Mas sem código da estrada seria um desastre. Portanto, é isso que temos de ter: um código da estrada para a inteligência artificial.”

Com temas como multilateralismo, desigualdade econômica, saúde global, transição tecnológica e regulação digital, os líderes europeus chegaram ao G7 defendendo maior coordenação internacional em um cenário marcado por disputas geopolíticas e transformações aceleradas da economia global. ■



Donald Trump chega ao G7 em Évian-les-Bains após anunciar um entendimento com o Irã sobre o Estreito de Ormuz, tema que passou a dominar a agenda internacional às vésperas da cúpula

G7 começa em segundo plano pressionado por acordo EUA-Irã, protestos e guerra na Ucrânia

Por Fernanda Otero, direto de Évian-les-Bains

As margens do lago Léman, onde Évian-les-Bains recebe líderes das maiores economias ocidentais, o G7 chega ao início da cúpula pressionado por uma agenda que se impôs antes mesmo da abertura oficial. A reunião, preparada para discutir segurança, economia, tecnologia e governança global, entrou na semana em segundo plano diante de um anúncio feito fora do roteiro diplomático: Donald Trump declarou, em rede social, que o entendimento com o Irã estava concluído e chamou o mundo a “deixar o petróleo fluir”.

O principal fato político do fim de semana veio de uma postagem de Trump na Truth Social. “O acordo com a República Islâmica do Irã está concluído”, escreveu, ao anunciar a “circulação livre” no Estreito de Ormuz e a remoção imediata do bloqueio naval dos EUA. “Navios do mundo, liguem seus motores. Deixem o petróleo fluir!”, afirmou.

A DW descreve o entendimento como um memorando mediado

pelo Paquistão, com detalhes ainda a negociar, que encerra operações militares, mas posterga pontos centrais, incluindo o destino do programa nuclear iraniano. O acordo também deixa o presidente norte-americano vulnerável a críticas internas por não cumprir objetivos declarados no início do conflito.

A movimentação internacional seguiu a mesma lógica. Líderes como Emmanuel Macron se manifestaram no X, enquanto Alemanha, França e Itália emitiram comunicado conjunto saudando o memorando e defendendo a reabertura urgente de Ormuz com liberdade de navegação. O sinal, antes mesmo da chegada dos chefes de Estado e de governo a Évian-les-Bains, é de que a agenda do G7 começa empurrada para a defensiva por um tema que atravesse energia, segurança e disputa geopolítica.

Na véspera do encontro, as ruas também falaram. Em Genebra, a cerca de uma hora da cidade francesa que sedia a cúpula, protestos contra o G7 reuniram cerca de 20 mil pessoas em uma marcha que começou pacífica e terminou em confronto com a polícia. Houve uso de gás lacrimogêneo, episódios de depredação e

forte aparato de segurança na região. A DW registra que um carro da Tesla foi incendiado, vitrines de banco foram quebradas e um prédio da ONU sofreu danos.

A guerra na Ucrânia também voltou a impor gravidade à semana. A Euronews relata que a Rússia lançou uma onda de ataques com mísseis e drones durante a noite de domingo para segunda-feira, matando pelo menos 11 pessoas e provocando um incêndio que atingiu o complexo da Lavra de Kiev-Pechersk, patrimônio mundial da Unesco. O telhado da Catedral da Dormição ficou em chamas. Volodymyr Zelenskyy apelou aos líderes do G7, reunidos na França, por mais pressão sobre Moscou e reforço da defesa aérea ucraniana.

No Reino Unido, a pauta doméstica também ganhou dimensão global na agenda de regulação digital. Segundo a Euronews, o primeiro-ministro Keir Starmer anunciou que menores de 16 anos serão impedidos de acessar várias plataformas de redes sociais, sem especificar de imediato quais. As regras devem entrar em vigor no início do próximo ano e exigir medidas de verificação de idade, com possibilidade de uso de tecnologias como reconhecimento facial, reconhecimento de voz ou inferência etária. Starmer também mencionou toques de recolher digitais para adolescentes mais velhos e limites a chatbots de inteligência artificial.

Com esse conjunto de pressões, o G7 começa em Évian-les-Bains sem controle pleno sobre a própria pauta. O encontro que reunirá líderes de Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e União Europeia terá de responder a uma conjuntura que se desloca rapidamente entre Oriente Médio, Ucrânia, ruas europeias e regulação das grandes plataformas digitais. ■



No segundo dia do G7, Lula leva a Évian-les-Bains a defesa de novas parcerias internacionais, com diálogo entre Brasil, União Europeia, Japão e países convidados pela presidência francesa

Lula leva agenda do Sul Global ao G7 em reuniões com Japão e União Europeia

Direto do G7, em Évian-les-Bains, Focus Brasil acompanha a agenda de Lula com Japão, União Europeia e países parceiros em debates sobre desenvolvimento, comércio internacional e nova governança global

Por Fernanda Otero, direto de Évian-les-Bains

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa nesta terça-feira, 16 de junho, do segundo dia da Cúpula do G7, em Évian-les-Bains, na França, a convite do presidente francês, Emmanuel Macron. A Focus Brasil acompanha a agenda diretamente do local do encontro, que reúne líderes das sete maiores

economias industrializadas, representantes da União Europeia e países convidados pela presidência francesa.

A presença de Lula ocorre em meio a uma agenda internacional marcada por guerra na Ucrânia, instabilidade no Oriente Médio, disputas comerciais, regulação da inteligência artificial e pressão por novas formas de cooperação com países em desenvolvimento. Para o Brasil, a participação no G7 abre espaço para defender uma agenda do Sul Global, fortalecer o diálogo com parceiros estratégi-

cos e tratar de temas sensíveis da pauta comercial.

Entre os compromissos previstos está uma reunião bilateral com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi. Será o primeiro encontro oficial entre os dois líderes desde que Takaichi assumiu o cargo, em outubro de 2025. A expectativa é que a conversa abra tratativas em torno de um possível acordo entre o Mercosul e o Japão, além de outros temas da relação bilateral.

À tarde, Lula participa de uma reunião ampliada e fechada do G7



com o tema “Firmar novas parcerias e reconstruir a solidariedade internacional”. O encontro integra o formato de países parceiros, que permite a participação de nações convidadas em debates de interesse global. Além do Brasil, foram convidados pela presidência francesa líderes de Índia, Coreia do Sul, Egito e Quênia.

Ainda na parte da tarde, está prevista uma reunião com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa. A expectativa é que a pauta inclua as restrições anunciadas pela União Europeia a produtos brasileiros de origem animal, tema que preocupa o governo brasileiro e setores exportadores. Segundo a Comissão Europeia, o Brasil não teria comprovado o cumprimento de exigências sanitárias relacionadas ao uso de medicamentos antimicrobianos em animais.

Brasil leva agenda de desenvolvimento ao G7

A agenda do G7 em Évian-les-Bains, nesta terça-feira, concentra-se em três eixos principais de cooperação internacional: segurança europeia, estabilidade no Oriente Médio e construção de novas parcerias globais. O período da manhã é dedicado à crise ucraniana, com participação do presidente Volodymyr Zelensky em uma sessão sobre paz e segurança.

Na sequência, líderes do G7 participam de almoço de trabalho com representantes do Egito, dos Emirados Árabes Unidos e do Catar, com foco na estabilidade regional. À tarde, o foco se amplia para o formato dos países parceiros, com a recepção oficial de Brasil, Índia, Coreia do Sul e Quênia, além de representantes do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

A reunião plenária sobre novas parcerias e solidariedade internacional é o principal espaço de fala de Lula no segundo dia da cúpula. O governo brasileiro deve reforçar a defesa de uma cooperação internacional menos hierárquica, com mais recursos para desenvolvimento, financiamento em condições justas e maior participação do Sul Global nas decisões sobre economia, clima, tecnologia e segurança alimentar.

O que está em jogo na cúpula

O G7 é um fórum político e econômico informal formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, com participação institucional da União Europeia. Criado nos anos 1970, o grupo não possui sede fixa nem estrutura burocrática permanente, mas exerce influência sobre a governança global pelo peso econômico e político de seus membros.

A presidência é rotativa e, neste ano, cabe à França organizar a cúpula. O formato conhecido como G7 Outreach permite que países convidados, como o Brasil, participem de discussões sobre temas de interesse comum e ampliem o alcance político das decisões do grupo.

Para Lula, a presença em Évian-les-Bains reforça uma linha diplomática que tem defendido reforma da governança global, fortalecimento do multilateralismo, combate às desigualdades e maior peso dos países em desenvolvimento nas negociações internacionais. A agenda brasileira no segundo dia do G7 passa por esses temas, mas também por interesses concretos de comércio exterior, como o diálogo com o Japão e a discussão com a União Europeia sobre produtos brasileiros. ■



Wilson Dias/Agência Brasil

Relatório do PNUD aponta que o avanço do desenvolvimento humano no Brasil depende de transformar educação em renda, trabalho digno e oportunidades para a juventude

“O Brasil precisa modernizar suas oportunidades”, alerta PNUD sobre desenvolvimento humano recorde

Relatório do PNUD mostra que o IDHM do Brasil chegou ao recorde histórico de 0,805 em 2024, impulsionado por educação, saúde e proteção social, mas alerta que a renda segue como principal dimensão da desigualdade

Fernanda Lima

O IDHM do Brasil chegou ao recorde histórico de 0,805 em 2024 e colocou o país, pela primeira vez, no grupo de desenvolvimento humano muito alto, segundo o Radar IDHM 2024, divulgado pelo PNUD, em parceria com o IBGE e a Fundação João Pinheiro. O avanço foi impulsionado

principalmente por educação, saúde e políticas de proteção social, mas o relatório alerta que a renda segue como a principal dimensão da desigualdade brasileira.

O resultado recoloca no centro do debate público o papel das políticas sociais na transformação da base social brasileira. A série analisada pelo relatório, de 2012 a 2024, mostra que o IDHM do país passou de 0,744 para 0,805. O avanço foi puxado principal-

mente pela educação, que saltou de 0,679 para 0,798 no período, e pela longevidade, dimensão associada à saúde, que chegou a 0,860.

Mais do que um marco estatístico, o dado ajuda a medir o efeito acumulado de políticas públicas de inclusão, permanência escolar, saúde, renda e proteção social. Programas como o Bolsa Família, ao combinar transferência de renda com frequência escolar e vacinação, contribuíram para manter crianças na escola, redu-



zir o trabalho infantil e ampliar oportunidades para famílias historicamente excluídas.

A renda, no entanto, permanece como a dimensão mais frágil do desenvolvimento humano brasileiro. O próprio relatório mostra que o país avançou de forma significativa em educação e saúde, mas ainda enfrenta desigualdades persistentes no mercado de trabalho, na remuneração e na distribuição da riqueza.

Proteção social e “portas de saída”

O debate sobre transferência de renda voltou ao centro da agenda pública nas últimas semanas, após críticas feitas pelo apresentador Luciano Huck ao Bolsa Família e à suposta falta de estímulos para que famílias deixem o programa. A discussão atualizada pelos dados do PNUD aponta em outra direção: a autonomia das famílias não nasce do corte da proteção social, mas da estrutura que permite acesso à escola, à saúde, à renda e a oportunidades reais de trabalho.

Ao exigir que as famílias mantenham os filhos na escola e com a vacinação em dia, a política de transferência de renda ajudou a produzir efeitos de longo prazo. A primeira geração de crianças protegidas por esse sistema chegou ao ensino básico e médio em melhores condições, com impacto direto nos indicadores educacionais.

Esse é um dos pontos centrais do Radar IDHM. A proteção social não aparece apenas como resposta emergencial à pobreza, mas como parte de uma engrenagem capaz de alterar trajetórias familiares, reduzir exclusões históricas e ampliar capacidades individuais e coletivas.

Educação, juventude e trabalho digno

Para entender o tamanho da mudança, basta lembrar que, há três décadas, o Brasil estava na faixa de baixo desenvolvimento humano. Agora, ao alcançar o patamar de muito alto desenvolvimento, o país entra em uma etapa mais complexa. O desafio deixa

de ser apenas garantir capacidades básicas e passa a envolver a criação de oportunidades para uma juventude mais escolarizada, mais conectada e mais exigente em relação ao futuro.

Para Betina Barbosa, coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do PNUD no Brasil e uma das responsáveis pela análise dos indicadores, o país chegou a uma encruzilhada histórica. As velhas métricas econômicas já não bastam para medir as expectativas da nova geração.

“Uma matriz ampla de desenvolvimento humano para o século XXI precisa ser ancorada em métricas orientadas para o futuro, métricas que coloquem os jovens, seus sonhos e suas escolhas, no centro. Isso implica reinventar o mundo do trabalho para abraçar o bem-estar das gerações futuras, mas também criar indicadores que capturem o que importa para os jovens: perspectivas de mobilidade, acesso à tecnologia, segurança climática, participação democrática. Sem uma agenda de futuro protagonizada pelos jovens, o país corre o risco de modernizar sua economia sem modernizar suas oportunidades”, afirma Betina.

O diagnóstico muda o foco da discussão. A questão não é forçar uma saída administrativa das famílias dos programas sociais, mas garantir que os jovens que estudaram tenham acesso a trabalho digno, renda estável e possibilidades concretas de mobilidade. Sem isso, a melhora educacional pode não se converter em autonomia econômica.

Esse novo horizonte precisa caminhar junto com uma rede de proteção que já demonstrou ir além do dinheiro transferido diretamente às famílias. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, garante um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência em situação

de vulnerabilidade. Programas de habitação, saneamento, agricultura familiar e alimentação escolar também compõem esse sistema de proteção e desenvolvimento.

No campo, políticas como o Pronaf e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ajudam a conectar produção local, renda para agricultores familiares e comida de qualidade nas escolas públicas. Nas cidades e periferias, programas de moradia, abastecimento de água e saneamento reduzem vulnerabilidades e melhoram condições básicas de vida.

Norte, Nordeste e desigualdades históricas

O avanço do IDHM também redesenha a geografia do desenvolvimento brasileiro. Segundo o PNUD, regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste passaram a puxar os índices nacionais para cima, rompendo a lógica histórica de concentração dos melhores indicadores no eixo Sul-Sudeste.

No Nordeste, sete regiões metropolitanas alcançaram patamar de desenvolvimento humano muito alto: Natal, Aracaju, Grande Teresina, Recife, São Luís, Salvador e João Pessoa. O resultado indica que políticas públicas de renda, educação e saúde têm impacto direto na economia local, especialmente quando alcançam territórios que por décadas ficaram à margem do desenvolvimento.

O impacto positivo foi particularmente relevante entre a população de renda mais baixa e entre famílias negras. O relatório mostra que a educação foi o principal motor da melhora dos indicadores da população negra entre 2012 e 2024. Para o PNUD, incluir a população negra e as mulheres no centro das políticas públicas é condição para que o país sustente um novo ciclo de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o avanço não

elimina desigualdades estruturais. Quando ajustado à desigualdade, o IDHM brasileiro cai de 0,805 para 0,641. O dado revela que a média nacional esconde distâncias profundas entre regiões, grupos raciais, homens e mulheres.

A renda continua sendo o principal ponto de atenção. Betina Barbosa observa que essa dimensão concentra as maiores perdas quando o desenvolvimento humano é ajustado pela desigualdade.

“A dimensão renda é a mais desigual: o IDHMAD Renda registra uma perda pela desigualdade de 33,1%, bem maior que a de longevidade (10,3%) ou educação (15,9%). O relatório atribui essa desigualdade persistente a uma herança estrutural, onde o Brasil modernizou sua economia sem democratizar plenamente o acesso à riqueza e à cidadania, como alertava Darcy Ribeiro.”

Um novo ciclo de desenvolvimento

A desigualdade de renda aparece também nas diferenças enfrentadas por mulheres e negros no mercado de trabalho, mesmo quando têm escolaridade equivalente à de homens brancos. O país estuda mais, mas o mercado ainda não devolve esse esforço em salário, estabilidade e oportunidades na mesma proporção.

Os anos da pandemia de covid-19 também deixaram marcas nos indicadores. O relatório mostra que houve queda no desenvolvimento humano em 2020 e 2021, com efeitos sobre longevidade, renda e educação. Para Betina, a demora nas respostas públicas e o negacionismo agravaram os impactos da crise sanitária sobre os mais vulneráveis.

A superação desse quadro, segundo ela, depende de escolhas coletivas que envolvem governo, empresas, sociedade civil, universidades, movimentos sociais e or-

ganizações territoriais.

“O desenvolvimento humano é resultado de escolhas coletivas, não apenas governamentais. Empresas têm papel central ao adotar práticas de equidade racial e de gênero em contratação e remuneração, já que a maior desigualdade registrada é exatamente na renda do trabalho. ONGs e movimentos sociais são fundamentais para pressionar por políticas preditivas e para levar serviços onde o Estado ainda não chega com efetividade”, comenta Betina.

O balanço das últimas décadas deixa claro que o futuro do país depende de enfrentar três grandes desafios apontados pelo organismo internacional: a aceleração tecnológica e digital, que pode aprofundar exclusões se não vier acompanhada de inclusão; as transformações no mundo do trabalho, que exigem novas formas de proteção para os mais jovens; e os riscos climáticos, que atingem com mais força as populações mais pobres.

Betina conclui o diagnóstico com um alerta sobre a necessidade de renovar as bases do crescimento brasileiro. “Avançar além das capacidades básicas requer uma nova agenda capaz de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento para o país. Este necessariamente precisa ser ancorado em valores de sustentabilidade, democracia e segurança humana.”

O recorde do IDHM mostra que a proteção social não é um obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, os dados indicam que transferência de renda, saúde, educação, moradia, saneamento e inclusão produtiva formam uma base concreta para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades. O desafio agora é transformar esse patamar histórico em renda, trabalho digno e futuro para quem ainda vive distante da média nacional. ■



Move Brasil oferece crédito mais barato a entregadores por app e dá visibilidade à categoria, diz Lula

Programa facilita o financiamento de veículos para quem usa moto ou bicicleta como instrumento de renda

Redação Focus Brasil

Com foco em uma categoria que se tornou essencial para a economia e a rotina dos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta sexta-feira (12), o Move Brasil – Entregadores e Motoapp. O programa oferece condições especiais de financiamento para trabalhadores que utilizam motos e bicicle-

tas como instrumento de geração de renda em atividades de entregas, transporte de passageiros ou cargas por meio de aplicativos ou vínculo celetista.

Nós estamos tirando mais um pouco de gente da invisibilidade. Ontem foram as mulheres negras, hoje são os motoqueiros e ciclistas deste país. E eu espero que amanhã não tenha ninguém mais invisível neste país porque nós vamos tratar o povo com decência e com respeito”, declarou o presidente.

O Move Brasil

Entregadores e Motoapp tem como objetivo facilitar a aquisição de bicicletas elétricas, motonetas, ciclomotores, motos elétricas e motos flex, montados ou produzidos no Brasil. O programa busca renovar a frota, ampliar a produtividade e a segurança dos trabalhadores e contribuir para a descarbonização da mobilidade urbana.

Ao assinar a Medida Provisória que cria o programa e o decreto que regulamenta a iniciativa, Lula afirmou que o Move Brasil – Entregadores e Motoapp representa mais um passo no reconhecimento de categorias historicamente excluídas.

“Isso é o que a gente tem que valorizar: pessoas que fazem sacrifícios, mas pessoas que foram bem educadas, que são honestas, que não tiveram oportunidade de estudar, mas agora têm, porque tem cursos a distância. Vocês não estão apenas conquistando o direito de ter uma moto”, disse Lula.

O presidente também defendeu a valorização dos entregadores e motociclistas. “Vocês agora têm que andar de cabeça erguida e dizer: eu não sou mais invisível, eu estou aqui e quero ser enxergado. Gritem o quanto puderem gritar. Vocês também têm que ser o fiscal do que eu assinei aqui”, registrou Lula.

Quem pode participar

Poderão participar entregadores ciclistas e motociclistas cadastrados em plataformas de aplicativo há pelo menos seis meses e que tenham realizado, no mínimo, 100 corridas ou entregas. Também poderão acessar o programa ciclistas, motofretistas e mototaxistas profissionais com carteira assinada há pelo menos seis meses na mesma empresa. Para os veículos que exigem habilitação, será necessário possuir



Foi um grande prazer receber hoje, no Palácio do Planalto, os entregadores e motoapps para o lançamento da nova etapa do Move Brasil.

Brasileiros e brasileiras que trabalham duro todos os dias, e que ajudam a mover o nosso país, agora terão condições especiais e juros mais baixos para poder comprar uma moto ou bicicleta elétrica. Muitos deixarão de pagar o aluguel de uma moto para construir um patrimônio, e vão poder trabalhar com mais tranquilidade.

Mais segurança, sustentabilidade, e mais dinheiro no bolso dos trabalhadores e trabalhadoras.

Carteira Nacional de Habilitação na categoria "A".

Tire dúvidas sobre acesso e condições aqui.

Para Lula, a nova política amplia o acesso a direitos e oportunidades para trabalhadores que utilizam motos e bicicletas como instrumento de geração de renda.

“Nós estamos conseguindo quebrar a invisibilidade de todo ser humano desse país, que sempre foram tratados como pessoas de segunda categoria, que não valem muita coisa”, afirmou.

Condições

O Move Brasil – Entregadores e Motoapp permitirá o financiamento de um veículo por beneficiário, sem entrada e com cobertura de até 100% do valor do bem. A linha terá taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado, dois meses para começar a pagar e prazo de financiamento de até 48 meses. O seguro prestamista, proteção que ajuda a quitar a dívida em caso de imprevistos graves com o trabalhador, também poderá ser financiado.

As condições financeiras serão diferenciadas para homens e mulheres. Para homens, a taxa será de 12,5% ao ano, equivalente a 0,99% ao mês. Para mulheres, será de 11,5% ao ano, equivalente

a 0,91% ao mês. Em uma simulação para operação de R\$ 21 mil, a prestação ficaria em cerca de R\$ 552.

Valorização

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, afirmou que o programa reconhece as transformações ocorridas no mundo do trabalho e valoriza profissionais que exercem atividades essenciais para a população.

“Para algumas pessoas, isso pode ser só mais uma linha de crédito. Mas é muito mais do que isso. É tirar da invisibilidade, é dar o reconhecimento merecido para milhares de trabalhadores que arriscam sua vida 10 horas em cima de uma moto para levar comida quente na nossa casa, fazer entrega de encomenda. Isso é um reconhecimento e uma valorização. Nunca o governo tinha dado um reconhecimento para esses trabalhadores”, observou Boulos.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, destacou que a iniciativa combina inclusão produtiva, fortalecimento da indústria nacional e estímulo à economia. “Esse é um ponto central, que também é um estímulo à economia brasileira, à produção industrial, que são relevantes para manter a economia crescen-

do”, disse o ministro.

Moretti explicou que os recursos utilizados no programa são oriundos do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS) e informou que as plataformas digitais terão papel importante na operacionalização da iniciativa. “Quando a gente olha para esse setor estamos lidando com taxas de juros anuais entre 25% e 30%. São taxas muito altas que, muitas vezes, inviabilizam a renovação de frota e o acesso por parte dos motociclistas. Então vamos fazer uma taxa que é menos da metade das taxas de mercado, que corresponde a 0,99% ao mês”, destacou.

Entre os itens financiáveis estão motocicletas, motonetas e ciclomotores flex de até 160 cilindradas produzidos no país; bicicletas e veículos autopropelidos elétricos de até 1.000 watts; e motos, motonetas e ciclomotores elétricos de até 7.500 watts, desde que produzidos no Brasil ou vinculados a projeto de investimento para produção nacional. Os veículos deverão ser zero-quilômetro.

A linha contará com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), mecanismo que ajuda a reduzir o risco das operações e amplia o acesso ao crédito. A garantia terá cobertura de 50% da carteira e de até 100% da operação. A aprovação do cadastro no programa confirma que o profissional atende aos requisitos de participação, mas não garante automaticamente o financiamento, que ficará sujeito à análise de crédito dos bancos.

As montadoras também poderão oferecer descontos na aquisição dos veículos. A medida combina crédito, garantia pública, apoio dos bancos federais e participação do setor produtivo para reduzir o custo final aos trabalhadores e fortalecer a produção nacional. ■



Debate sobre o fim da escala 6x1 chega ao Senado com foco na redução da jornada, na saúde dos trabalhadores, na produtividade das empresas e na distribuição da riqueza produzida no país

Fim da escala 6×1 chega ao Senado em disputa sobre tempo, produtividade e renda

Com base em estudos do Ipea, do DIEESE e da Unicamp, debate sobre o fim da escala 6x1 envolve custo para empresas, distribuição da riqueza, saúde dos trabalhadores e papel da negociação coletiva

Fernanda Lima

A discussão sobre o fim da escala 6×1 entrou em nova fase no Congresso. Depois de aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e garante dois dias de descanso

chegou ao Senado em meio a uma disputa que vai além da organização das escalas.

Em debate estão a saúde dos trabalhadores, a produtividade das empresas, a divisão da riqueza produzida no país e o papel da negociação coletiva na aplicação das novas regras.

A proposta avança amparada por estudos técnicos que apontam capacidade de absorção da mudança pela economia. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) estima que a redução da jornada para 40 horas semanais elevaria o custo médio do trabalho celetista em 7,84%, com impacto inferior a 1% no custo operacional de grandes setores, como indústria e comércio. Já o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que a alteração faria o peso dos salários na indústria de transformação oscilar de 22% para 24%.

Os dados ajudam a recolocar o debate em outro patamar. Mais do que uma mudança na escala semanal, a proposta trata da devolução de tempo livre ao trabalhador e de uma distorção histórica na repartição da riqueza. Entre 2016 e 2021, a fatia do PIB destinada aos salários caiu de 36% para 31%, enquanto a parcela retida pelas empresas subiu de 32% para 37,5%.

A nova etapa no Legislativo ocorre após a Câmara aprovar a proposta em dois turnos, com 472 votos favoráveis no primeiro e 461 no segundo. O texto aprovado fixa a jornada máxima em 40 horas semanais, garante dois dias de folga sem redução salarial e prevê uma transição gradual de até 14 meses.

Dois meses após eventual promulgação, passariam a valer a escala de cinco dias de trabalho por dois de descanso e a jornada de 42 horas semanais. Ao fim do período de transição, a jornada cairia para 40 horas.

A regra geral prevê flexibilidade para serviços essenciais, com média de duas folgas semanais e ao menos uma no fim de semana. O texto também permite ajustes por convenção ou acordo coletivo em situações específicas, amplia o prazo inicial para terceirizadas do setor público e exclui da redução da jornada trabalhadores de alta renda com diploma universitário, desde que mantida a escala 5x2.

Enquanto a PEC aguarda definição de tramitação no Senado, a Câmara mantém em pauta o Projeto de Lei 1.838/2026, enviado pelo governo federal, que também trata do limite de 40 horas semanais e dos dois repousos remunerados. A movimentação paralela não substitui a análise da PEC pelos senadores, mas mantém o tema no centro da negociação legislativa.

Trabalhar melhor, não mais

Para Adriana Marcolino, diretora técnica do DIEESE, a redução da jornada atua como instrumento de justiça social e de correção de uma distorção histórica na distribuição da riqueza produzida no país.

“Reduzir a jornada de trabalho também é uma forma de distribuição da riqueza gerada. Significa diminuir um pouco essa participação do excedente operacional bruto, melhorando a repartição entre o lucro e o salário. Além disso, o custo do trabalho no Brasil é um dos mais baixos quando comparado a vários países, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo menor inclusive do que vizinhos como Co-

lômbia e Peru, que possuem economias mais vulneráveis. Não se justifica dizer que esse ajuste vá impor perdas catastróficas às empresas”, afirma Marcolino.

A análise técnica do DIEESE aponta ainda que a produtividade real é resultado de fatores como infraestrutura, gestão, qualificação e organização do processo de trabalho, e não do esgotamento físico dos trabalhadores. Jornadas exaustivas, segundo essa leitura, operam no sentido oposto, ao aumentar o adoecimento, o absenteísmo e os acidentes de trabalho.

Marcolino reforça a necessidade de mudar a mentalidade do mercado nacional. “Produtividade significa trabalhar melhor, não trabalhar mais horas. O trabalhador ter uma jornada exaustiva não vai resultar em mais produção. Ao contrário, as longas jornadas aumentam o absenteísmo e o número de profissionais doentes ou acidentados. Dividir a riqueza gerada através da redução da jornada é absolutamente viável do ponto de vista econômico e rompe com um modelo histórico de desenvolvimento baseado na superexploração do trabalho”, pontua a diretora do DIEESE.

Notas técnicas do Instituto de Economia da Unicamp também reforçam que trabalhadores com mais tempo de descanso tendem a faltar menos por motivos de saúde e a mudar menos de emprego, o que reduz custos das empresas com contratação e rotatividade. Os estudos apontam ainda que a ampliação do tempo livre pode estimular o consumo de serviços, cultura e lazer, com efeitos sobre a circulação de renda nas economias locais.

O desafio da negociação coletiva

Para o senador Rogério Carvalho (PT), a redução da jornada exige equilíbrio entre fatores econô-

micos e sociais. “Essa discussão precisa ser tratada com muita seriedade porque estamos falando do equilíbrio das relações de trabalho e da proteção dos direitos dos trabalhadores. O dispositivo mencionado prevê que determinadas situações possam ser tratadas, de forma excepcional, por meio de convenções ou acordos coletivos de trabalho. Isso valoriza a negociação coletiva, que é um instrumento importante em qualquer democracia moderna, mas também exige que as partes envolvidas tenham condições reais de negociar em igualdade.”

Como a nova lei prevê que detalhes de aplicação sejam resolvidos por setor, os sindicatos terão papel central na fiscalização e na negociação das regras. Caberá às entidades acompanhar se empresas tentarão burlar a mudança, seja por aumento abusivo do ritmo de trabalho, seja pelo uso de bancos de horas para mascarar horas extras.

O desafio, no entanto, vai além da fiscalização pontual. Para Carvalho, a discussão também passa pelo fortalecimento da representação sindical no país, especialmente após a reforma trabalhista de 2017, que alterou o financiamento e o funcionamento dessas instituições. Não basta prever acordos coletivos, afirma o senador, se os trabalhadores não tiverem condições reais de negociar.

“Também é importante compreender que as transformações econômicas e tecnológicas dos últimos anos mudaram profundamente as relações de trabalho. O crescimento das plataformas digitais, a ampliação do trabalho remoto, as novas formas de contratação e a necessidade constante de qualificação profissional exigem mecanismos modernos de proteção social e representação dos trabalhadores. Nesse contexto, os sindicatos continuam desempenhando um papel relevante



na defesa de direitos, na mediação de conflitos e na construção de consensos”, afirma.

Nesse cenário, o papel do Estado se torna fundamental como garantidor das regras, com atuação na fiscalização, no combate à precarização e na promoção de ambientes transparentes para que os acordos cumpram sua função social sem substituir a autonomia das partes. Por envolver aspectos que vão além do campo jurídico, a consolidação de um novo modelo de jornada exige diálogo entre governo, Congresso, centrais sindicais e setor produtivo.

“Esse debate deve ser conduzido em diálogo permanente com o governo federal, com as centrais sindicais, com o setor produtivo e com o Congresso Nacional. Somente a partir dessa construção coletiva será possível avançar em medidas que fortaleçam a negociação sem fragilizar direitos, promovendo um ambiente de trabalho mais justo, moderno e equilibrado para todos os brasileiros”, completa Carvalho.

A disputa política no Senado

Apesar da aprovação expressiva na Câmara, o avanço da PEC no Senado enfrenta resistência política. O texto aguarda despacho da Mesa Diretora para começar a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já afirmou que a proposta não seguirá diretamente para o Plenário e deverá passar pelas comissões da Casa.

A decisão abriu uma disputa sobre ritmo e prioridade. O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), ainda não havia recebido a matéria para distribuição na comissão, enquanto governistas cobram celeridade para que a proposta avance antes do recesso legislativo. Ao mesmo tempo, setores empresariais pressionam por uma tramitação mais lenta e defendem mudanças no texto.

A resistência se expressa também por meio de uma proposta alternativa apresentada por parlamentares da oposição, que pre-

serva a escala atual e amplia a possibilidade de contratação por hora trabalhada. O contraste entre os dois caminhos colocou o Senado no centro da disputa sobre o futuro da jornada de trabalho no Brasil.

O debate, portanto, combina argumentos técnicos, pressão social e cálculo político. De um lado, estudos do Ipea, do DIEESE e da Unicamp sustentam que a redução da jornada pode ser absorvida pela economia e contribuir para ganhos de produtividade, saúde e circulação de renda. De outro, entidades empresariais e setores da oposição alegam risco de aumento de custos e defendem maior flexibilização.

A tramitação no Senado deverá definir se o texto aprovado pela Câmara será mantido, modificado ou submetido a uma negociação mais longa. A proposta chega à Casa em meio a uma disputa concreta sobre tempo de trabalho, distribuição da riqueza e capacidade do país de atualizar suas relações laborais sem reduzir direitos. ■



Delação de Vorcaro é rejeitada por PF e PGR, e caso Banco Master volta ao STF

Fundador do Banco Master não convenceu investigadores com nova proposta de colaboração; Operação Compliance Zero apura fraudes bilionárias, conexões políticas e ressarcimento pelo FGC

Fernanda Lima

A tentativa de Daniel Vorcaro de fechar um acordo de delação premiada sofreu novo revés. Depois de a Polícia Federal rejeitar pela segunda vez a proposta apresentada pelo fundador do Banco Master, a Procuradoria-Geral da República também recusou a colaboração, em decisão comunicada ao ministro André Mendonça, relator do caso

no Supremo Tribunal Federal (STF).

A rejeição muda o centro da disputa. Sem acordo homologado, volta às mãos de Mendonça a definição sobre o local em que Vorcaro seguirá preso preventivamente. A Polícia Federal já pediu que ele deixe a carceragem da Superintendência da PF no Distrito Federal, onde estava por causa das tratativas de colaboração. O destino ainda depende de decisão do STF, mas a possibilidade de transferência para um estabelecimento prisional comum passou

a compor o desfecho imediato do caso.

As investigações da Operação Compliance Zero apuram fraudes no sistema financeiro nacional envolvendo o Banco Master e a tentativa de compra da instituição pelo Banco de Brasília (BRB), banco público ligado ao Governo do Distrito Federal. A apuração já levou à prisão de executivos, operadores, agentes públicos e pessoas próximas a Vorcaro, além de revelar conexões políticas e empresariais que ampliaram o alcance do caso.

Delação sem provas suficientes

O principal motivo para a recusa foi a avaliação de que a proposta não apresentava elementos novos, provas consistentes ou compromisso suficiente de devolução de valores. Na primeira tentativa, a PF já havia considerado que Vorcaro não trouxe novidades relevantes em relação ao material apreendido e não assumiu formalmente a prática de crimes.

A segunda proposta, apresentada pela defesa no início de junho, buscou ampliar o alcance político da colaboração. A estratégia era incluir episódios envolvendo autoridades e personagens com foro ou influência em Brasília, em uma tentativa de demonstrar que Vorcaro teria informações relevantes para destravar o acordo.

Ainda assim, a avaliação de investigadores e da PGR foi de que as menções feitas pelo ex-controlador do Master não superaram as fragilidades apontadas desde o início das tratativas. Sem documentação, corroboração robusta e devolução de valores em patamar considerado compatível com o tamanho do caso, a colaboração perdeu força.

O peso político do caso Master

Entre os episódios que ganharam repercussão estão as relações de Vorcaro com figuras políticas como o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Ciro foi alvo da quinta fase da Operação Compliance Zero. Segundo a PF, ele é suspeito de ter atuado politicamente em favor de interesses ligados ao Banco Master. A investigação também trata da chamada Emenda Master, proposta relacionada ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que teria sido elaborada por assessores do banco e apresentada no Congresso como se fosse de autoria parlamentar.

No caso de Flávio Bolsonaro, a investigação ganhou repercussão após a divulgação de áudios em que o senador aparece tratando com Vorcaro do financiamento do filme Dark Horse, produção sobre Jair Bolsonaro. Flávio admitiu a veracidade das conversas, mas negou irregularidades e afirmou que os recursos seriam privados e destinados ao custeio da obra.

Essas menções ampliaram a dimensão política do caso, mas não foram suficientes para convencer PF e PGR a aceitar a colaboração. Para uma delação ser validada, não basta citar autoridades ou apontar possíveis conexões. É preciso apresentar provas, documentos, caminhos financeiros e informações capazes de produzir resultados concretos para a investigação.

Fraude bilionária e pressão por ressarcimento

A Operação Compliance Zero completa sete meses com uma dimensão financeira rara no sistema bancário brasileiro. A investigação começou a partir de indícios de fabricação de carteiras de crédito sem lastro financeiro e de operações envolvendo o Banco Master e o BRB.

Desde novembro de 2025, quando foi deflagrada a primeira fase da operação, o caso levou ao bloqueio de dezenas de bilhões de reais em bens de investigados. O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de instituições do conglomerado Master, e o Fundo Garantidor de Créditos passou a arcar com ressarcimentos bilionários a clientes afetados pela quebra de instituições ligadas ao grupo.

O tamanho do prejuízo explica a resistência de investigadores em aceitar um acordo sem contrapartidas consideradas suficientes. Nas tratativas, PF e PGR cobravam

que Vorcaro apresentasse informações verificáveis, assumisse responsabilidades e indicasse caminhos efetivos para a recuperação de valores.

STF decidirá próximos passos

Vorcaro está preso preventivamente desde março, quando foi alvo da terceira fase da Operação Compliance Zero. A transferência para a Superintendência da PF em Brasília foi autorizada em meio às negociações de colaboração, para facilitar reuniões entre defesa, investigadores e Ministério Público.

Com a rejeição da proposta pela PF e pela PGR, esse arranjo perde justificativa. A Polícia Federal já pediu ao Supremo que o ex-banqueiro deixe a unidade. André Mendonça pediu manifestação da PGR sobre o tema e deverá decidir se Vorcaro permanecerá na carceragem da PF ou será encaminhado a outro estabelecimento prisional.

A negativa não impede que a defesa apresente nova proposta no futuro. Pela lei, uma colaboração pode ser retomada se o investigado apresentar fatos novos, provas relevantes e compromissos capazes de alterar o curso da investigação. Até aqui, porém, a tentativa de Vorcaro de transformar sua posição no caso em benefício judicial esbarrou na avaliação de que suas declarações não entregaram o que prometiam.

A Operação Compliance Zero segue em curso, com parte das investigações sob sigilo e ramificações no STF. O caso combina suspeitas de fraude bancária, corrupção, lavagem de dinheiro, interferência política e uso de estruturas financeiras complexas. A próxima decisão de Mendonça deverá tratar do destino prisional de Vorcaro, enquanto PF e PGR mantêm as investigações sobre o alcance do esquema atribuído ao Banco Master. ■



Prefeito de Nova York cita jogador Sócrates e a ‘Democracia Corinthiana’ em discurso no início da Copa

Zohran Mamdani, que se considera socialista, publicou vídeo em suas redes sociais em que exalta o futebol como transformação social e cita movimento brasileiro

Henrique Nunes

O prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, defendeu, um dia após a abertura da Copa do Mundo realizada nos EUA, México e Canadá, o futebol como espaço de mobilização social. Em seu discurso, publicado nas redes sociais, usou como exemplo o ex-jogador brasileiro Sócrates e a Democracia Corin-

thiana, movimento contra ditadura militar no Brasil que envolveu membros do clube paulista numa ação que transcende o esporte no Brasil e no mundo.

Mamdani publicou vídeo nas redes sociais, no último sábado (13), antes do jogo Brasil e Marrocos, pela Copa do Mundo nos Estados Unidos.

“O futebol criou movimentos, ajudou a derrubar ditadores e, por 90 minutos, não só nos permitiu esquecer nossos problemas, como também encontrar manei-

ras de superá-los. Que jogo lindo”, ressaltou o prefeito.

“Enquanto nos preparamos para celebrar a Copa do Mundo aqui em Nova York, estamos criando e comemorando algo muito maior do que gols marcados e desarmes realizados. Estamos celebrando um esporte que deu a milhões de pessoas, em todo o mundo, tantas delas pobres e esquecidas, um senso de pertencimento, uma conexão com o próximo, um sentimento de solidariedade”, disse Mamdani.



Democracia Corinthiana

Em uma das cenas mais icônicas do futebol brasileiro, Sócrates marcou um gol contra o São Paulo na final do Paulista. Na comemoração, ele correu com o braço estendido e o punho cerrado para o alto, um gesto que se tornou símbolo de resistência e liberdade. O ano era 1982 e ali se consolidava a Democracia Corinthiana. Em plena Ditadura Militar.

O movimento do clube paulista, reconhecido como único até pela Fifa, visava a maior participação dos jogadores e demais empregados nas decisões do clube. Por voto, eles ganharam o direito de escolher coisas como horário dos treinos e detalhes da concentração. Em 1982, Waldemar Pires foi eleito presidente do Corinthians e passou a fazer esse diálogo com os jogadores do elenco profissional.

Entre esses atletas, estavam

Sócrates, Wladimir, Casagrande, Biro-Biro, Zé Maria e Zenon, lideranças politizadas que ganharam espaço como vozes do grupo. A influência da equipe não se restringiu ao futebol e, naquele período, o Corinthians estampou em suas camisas frases de cunho político como “Diretas Já”, em uma época em que movimentos sociais se articulavam para lutar pela volta da democracia ao país.

A influência do movimento extrapolou o campo. Jogadores como Sócrates, Casagrande e Wladimir subiram ao palco em um show da cantora Rita Lee, em 1982, vestindo camisas que apoiavam candidatos da oposição ao regime militar.

A Democracia Corinthiana durou alguns anos e começou a perder força em 1984, quando Casagrande foi para o São Paulo e Sócrates se transferiu para a Fiorentina. No período, o time



venceu o Campeonato Paulista três vezes (1982, 1983 e 1988) e, em 1990, venceria o Campeonato Brasileiro pela primeira vez em sua história.

No vídeo, o prefeito Zohran Mamdani, lembrou da atuação de Sócrates como meio-campo brasileiro nas décadas de 1970 e 80, incluindo a Copa do Mundo de 1982, quando foi capitão da equipe.

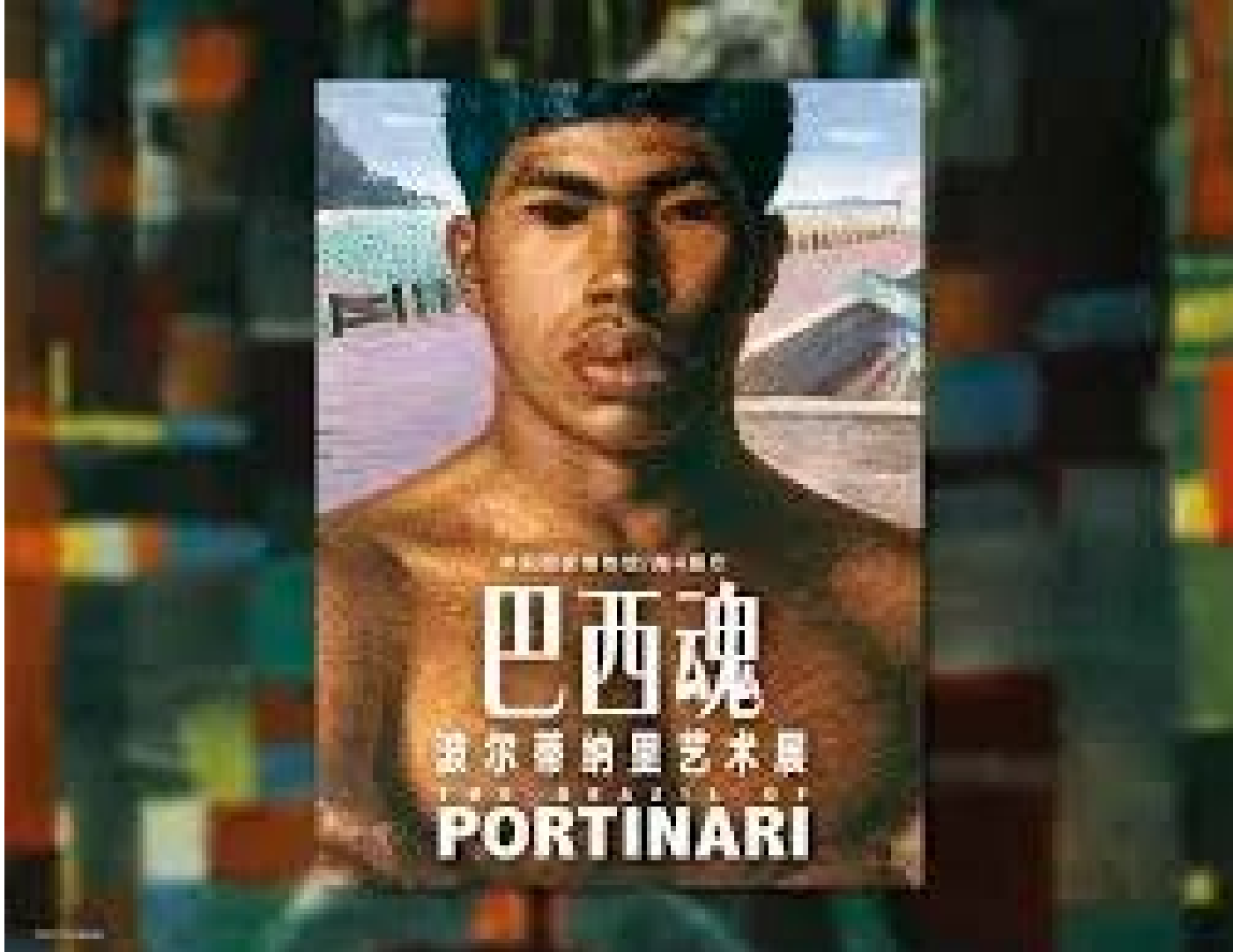
“Foram anos difíceis para o Brasil. Uma ditadura militar repressiva governava o país, impondo seu domínio pela força. No Corinthians, clube que capitaneou, Sócrates e seus companheiros participaram do que todo brasileiro comum sonhava: democracia. Eles iniciaram um experimento de autogoverno chamado Democracia Corinthiana. Independentemente de ser o craque do ataque ou o funcionário da lavanderia, todos tinham o mesmo voto”, exaltou.

“E, enquanto a ditadura militar torturava e assassinava seus cidadãos, Sócrates liderava os jogadores em campo, vestindo jaquetas com os dizeres ‘Quero votar no meu presidente’”, lembrou Mamdani.

O Brasil estreou contra o Marrocos na Copa do Mundo, no sábado, em jogo no MetLife Stadium, em Nova Jersey, cidade que é uma das sedes do campeonato junto com Nova York. A partida pelo Grupo C terminou em empate, em 1 a 1.

O democrata Zohran Mamdani, de 34 anos, tomou posse em janeiro deste ano como prefeito de umas das cidades mais importantes dos Estados Unidos. Ele é o primeiro muçulmano a comandar a cidade e o mais jovem a ocupar o posto desde 1892.

O prefeito novaiorquino é descendente de imigrantes, se considera socialista, é crítico ao presidente dos Estados Unidos Donald Trump e é favorável à causa palestina. ■



Exposição O Brasil de Portinari, no Museu Nacional da China, apresenta ao público chinês obras que traduzem a formação, o trabalho, a infância e a dimensão humana do povo brasileiro

Darcy Ribeiro e Portinari: um encontro do povo chinês com a alma brasileira

Com Darcy Ribeiro traduzido para o chinês e Portinari em exposição no Museu Nacional da China, Ano Cultural Brasil-China 2026 aproxima o público chinês da formação histórica, da diversidade cultural e da alma brasileira

Por José Medeiros da Silva* e J. Renato Peneluppi Jr.**

Em novembro de 2024, os presidentes Xi Jinping e Lula lançaram o Ano Cultural Brasil-China 2026, iniciativa que simboliza a convergência entre duas grandes civilizações do Sul Global e reafir-

ma o intercâmbio cultural como ponte estratégica para um futuro comum de cooperação, respeito e aproximação entre os dois países. Hoje, os povos brasileiro e chinês já começam a colher os frutos dessa decisão por meio de uma intensa agenda de atividades, encontros e projetos de cooperação.

Entre as diversas iniciativas culturais brasileiras realizadas na China até o momento, duas nos

parecem destinadas a deixar marcas duradouras na forma como o Brasil e os brasileiros serão percebidos e compreendidos pelo povo chinês, inaugurando uma nova etapa de aproximação entre os dois países.

A primeira foi a publicação, em chinês, de O Povo Brasileiro, de Darcy Ribeiro, pela Chaohua Publishing House, a Blossom Press. A obra tem despertado grande

interesse na comunidade acadêmica chinesa, especialmente entre aqueles que buscam conhecer o Brasil para além das imagens mais difundidas no exterior.

Como observou a tradutora Yan Qiaorong, professora da Universidade de Comunicação da China, em entrevista ao Diário do Povo por ocasião do lançamento do livro em Beijing, em 9 de abril de 2026, “a obra permite que os leitores chineses ultrapassem a imagem superficial de samba e futebol para compreender a essência espiritual e intelectual do povo brasileiro”.

A segunda grande iniciativa cultural é a exposição O Brasil de Portinari, inaugurada em 9 de junho de 2026 no Museu Nacional da China, em Beijing, onde permanecerá aberta ao público até 10 de outubro. Reunindo 56 obras de diferentes fases da trajetória do artista, a mostra apresenta ao público chinês pinturas emblemáticas como Os Retirantes, O Mestiço, O Café, Meninos Soltando Pipas e Roda Infantil. Em sua versão chinesa, a exposição recebeu o sugestivo título A Alma do Brasil, Exposição de Arte de Portinari (— —).

Nada resume melhor o impacto que essa exposição de Portinari tende a causar no coração do povo chinês do que as palavras de Luo Wenli, diretor do Museu Nacional da China, proferidas durante a cerimônia de inauguração: “No firmamento artístico do século XX, marcado por mestres brilhantes, Candido Portinari ergue-se, sem dúvida, como um dos mais singulares picos espirituais da arte mundial.

Em suas obras, a terra vermelha é a cor de fundo, e os trabalhadores, a espinha dorsal: em suas pinceladas condensam-se a respiração da terra brasileira e o destino do seu povo”. E ainda: “Diante de suas pinturas, o público não apenas percebe a textura e o ca-

lor daquela terra, mas também se vê profundamente comovido pelo olhar que o artista lança ao horizonte espiritual comum da humanidade. Os monumentais murais Guerra e Paz, criados para a sede das Nações Unidas, há muito transcenderam fronteiras nacionais, tornando-se uma das mais profundas e sinceras aspirações da humanidade pela paz”.

Ao inaugurar a exposição em Beijing, João Candido Portinari, filho do pintor, resumiu com precisão o sentido mais profundo dessa aproximação entre brasileiros e chineses ao afirmar: “Através do olhar atemporal de Candido Portinari, o Brasil e a China se encontram no amor pela terra, no respeito pelos trabalhadores e na fé inabalável na alma humana”.

De certa forma, tanto Darcy, por meio das palavras, quanto Portinari, por meio de pinceladas magistrais, dedicaram suas vidas à compreensão de um mesmo drama, de um mesmo desafio e de uma mesma esperança: a construção de um Brasil mais justo, atento ao bem-estar de seu próprio povo, alegre, criativo e dotado de uma profunda vocação para a fraternidade, o acolhimento e a convivência com os demais povos do mundo.

Ambos integram uma linhagem de grandes intérpretes do Brasil que, com rara acuidade e sensibilidade, souberam tocar dimensões profundas da alma brasileira e captar nosso doloroso, mas também esperançoso, processo de consolidação de um país e de construção de uma identidade nacional.

Esse fazimento da brasilidade, teorizado por Darcy Ribeiro, tem corpo e cor nas telas de Portinari. Em suas pinceladas desfilam muitos dos homens e mulheres que ajudaram a construir o Brasil: os retirantes em busca de vida, marcados pela seca e pela pobreza,

tão presentes também em clássicos da literatura brasileira como Vidas Secas, de Graciliano Ramos, e Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto; os trabalhadores que, com sua força e seu labor, produzem riqueza e sustentam a vida nacional, como em O Café; as brincadeiras de criança, que simbolizam a alegria, o afeto, a criatividade e a esperança, pilares que sustentam a epopeia civilizacional brasileira.

Tanto em Darcy quanto em Portinari, temos um olhar alicerçado em uma profunda consciência da condição humana e em um permanente compromisso com a paz, a dignidade e a justiça social. Trata-se, em última instância, da expressão de uma genuína alma humana que pulsa no Brasil.

Por tudo isso, acreditamos que o Ano Cultural Brasil-China 2026 deixará marcas duradouras na forma como o Brasil será percebido e compreendido na China. Ao oferecer ao público chinês novas chaves para compreender a formação histórica, a diversidade cultural e a experiência humana brasileira, esse amplo conjunto de iniciativas contribui para aproximar de maneira profunda e duradoura os nossos povos.

Final, quanto mais profundamente nos conhecemos, mais próximos nos tornamos. É precisamente essa alma brasileira, pulsante nas palavras de Darcy e nas telas de Portinari, que hoje se oferece ao olhar e ao coração do povo chinês. ■

* José Medeiros da Silva é professor e diretor do Centro de Estudos de Brasil da Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang.

** J. Renato Peneluppi Jr. é doutor em Administração Pública na China, advogado, coordenador do Núcleo do PT na China e diretor do Conselho de Cidadãos Brasileiros de Beijing.



Reino Unido proíbe acesso de menores de 16 anos a redes sociais

Primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, afirmou que medida visa reduzir impacto no desenvolvimento das crianças; decisão ainda não tem data para entrar em vigor

Redação Focus Brasil

O Reino Unido vai se juntar à Austrália na proibição do acesso de menores de 16 anos às principais aplicações de redes sociais, anunciou nesta segunda-feira (15) o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer.

“As redes sociais estão tornando as crianças infelizes. Estão faci-

litando que os agressores as assediem e maltratem, e podem estar prejudicando sua saúde mental. Estão expostas a conteúdos perigosos, porque é isso que chama a atenção. Estão concebidas para serem viciantes”, sustentou.

Isto tem impacto no desenvolvimento das crianças, principalmente no trabalho escolar, na leitura, na capacidade de socializar e até de dormir, acrescentou. O primeiro-ministro reconheceu que as redes sociais podem ter

benefícios para os jovens, mas acrescentou que governar tem sempre a ver com escolhas.

“É claro que uma proibição total é a escolha certa”. Starmer admitiu que não será fácil enfrentar as empresas de redes sociais, e que será difícil legislar e fazer cumprir essa proibição, mas prometeu avançar e forçar as plataformas de jogos a impedir que as crianças possam conversar com estranhos.

Essa medida, que não tem ainda uma data para entrar em vigor, junta o Reino Unido a países como a Austrália, o Canadá, o Brasil e a Indonésia, que introduziram legislação ou anunciaram restrições, ou requisitos baseados na idade para o acesso das crianças às redes sociais.

O governo britânico também informou que avalia a adoção de toques de recolher noturnos para interromper o que chamou de “uso infinito da internet”. A medida poderia ser aplicada não apenas a menores de 16 anos, mas também a adolescentes de até 18 anos.

As autoridades também estudam impor restrições ao uso de chatbots de inteligência artificial por essa faixa etária. Mais detalhes deverão ser divulgados em julho.

O YouTube criticou a proposta, afirmando que ela pode empurrar crianças e adolescentes para “serviços anônimos e menos seguros”.

“Investimos em experiências guiadas por especialistas e adequadas à idade, além de proteções padrão para adolescentes, há mais de uma década, e continuaremos a fazê-lo”, disse um porta-voz da empresa.

“O YouTube é um recurso vital para jovens, educadores e pais. Proibições generalizadas afastam as crianças dessas experiências selecionadas, supervisionadas e benéficas.” ■



Vinicius Toledo / FPA

Visão internacional: como China, Estados Unidos e África do Sul enxergam o Brasil?

Na II Conferência Nacional de Política Externa, representantes de países de destaque apresentam uma leitura sobre o nosso país

Claudia Rocha

Além do olhar brasileiro perante a situação internacional, as visões sobre o Brasil de países importantes para a geopolítica também foram abordadas na II Conferência Nacional de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil.

Para trazer essas perspectivas, foram convidados pesquisadores da China, Estados Unidos e África do Sul. No painel “Visão Internacional sobre o Brasil”, Niu Haibin, Heather Hulburt e Sandy Africa apresentaram quais os principais assuntos das relações internacionais de seus países e as conexões

com o Brasil do ponto de vista econômico e político.

Diretor do Shanghai Institutes of International Studies, e vice-secretário-geral da Associação Chinesa de Estudos da América Latina, Niu Haibin trabalhou com a classificação de que coloca o Brasil como um país de poderio intermediário e citou como exemplo México, Canadá e Alemanha como países de mesmo nível na construção das relações com a China.

Na opinião do professor chinês, o Brasil é considerado uma economia pungente que conta com um soft power poderoso e uma presença diplomática relevante no cenário internacional, que está em crescimento, porém ainda em processo de consolida-

ção.

Dentre os pontos considerados como fragilidades, foram mencionadas a falta de prontidão do exército brasileiro, além do não desenvolvimento de armas nucleares, mas, principalmente, a estrutura de exportação concentrada em produtos de baixo valor agregado. Nesse sentido, a China tem sua relação comercial oposta, com um nível de industrialização bastante avançado, o que destaca o país economicamente.

Segundo o pesquisador, o país sempre foi e continua sendo visto como um “país do futuro”, mas as questões internas relacionadas às fragilidades na capacidade de infraestrutura atrapalham o desenvolvimento. Haibin comentou a pressão que os Estados Unidos

colocam no Brasil, o pragmatismo brasileiro e o foco no tema do desenvolvimento.

A apresentação contou com uma lista de principais temas de pesquisas acadêmicas relacionadas ao Brasil feitas na China como: reindustrialização na gestão Lula 3, segurança alimentar, transição energética e mudanças climáticas, a hegemonia do país na América do Sul, a diplomacia no interior dos BRICS e as respostas às pressões sofridas pelos Estados Unidos.

Para o representante chinês, o desejo é que Brasil e China elevem, cada vez mais, a relação de parceiros comerciais complementares para parceiros estratégicos na missão de um desenvolvimento mais inclusivo.

Na visão do setor progressista norte-americano, o Brasil se destaca na defesa dos Direitos Humanos, com legislações importantes, consideradas avançadas, como o Estatuto do Desarmamento.

Heather Hurlburt, pesquisadora Associada da Chatham House dos Estados Unidos, afirmou que o país atravessa um cenário de polarização acirrada, assim como o Brasil, e que este contexto dificulta a tradução de uma visão única,

tanto internamente no ambiente político quanto na sociedade.

A pesquisadora trouxe como exemplo o fato de que a opinião pública em relação à política externa dos Estados Unidos perante à China, assunto popular entre os eleitores, é bastante volúvel e muda de direção a depender do presidente, o mesmo ocorre com outros temas como o tarifaço e a ajuda humanitária estadunidense para países africanos.

Para Hurlburt, há múltiplas visões, mesmo dentro do governo Trump. Um grupo tem o olhar voltado à corrida econômica contra a China e entende que o Brasil pode ser um parceiro importante, em especial, do ponto de vista da exploração de minerais críticos, enquanto outro grupo, com ideais cristãos mais radicalizados, acredita que esse caminho não é válido, já que essa transação pode favorecer Lula na liderança.

Dentre as vertentes citadas pela professora, há o grupo “rebalancers” representado pelo segmento tradicional do capitalismo, das multinacionais e setor financeiro, que acredita na hegemonia do dólar como positiva, o grupo “America first”, com nacionalistas cristãos, pequeno empresariado

e o “dark enlightenment”, capitaneado por CEOs das big techs que defendem um ideal antidemocrático, com implementação de regimes autoritários.

Sobre o futuro incerto da potência econômica, as apostas são variadas: desde a implantação da Doutrina Donroe sem Donald Trump, o protagonismo norte-americano em um mundo verdadeiramente multipolar até a possibilidade de parcerias fortalecidas entre EUA e Brasil que podem recolocar o país no topo da hegemonia mundial.

Sandy Africa, diretora de Pesquisa do Mapungubwe Institute for Strategic Reflection e pesquisadora Associada da Universidade de Pretoria, pontuou o contexto político da África do Sul, com uma democracia recente, de apenas 30 anos, e a situação econômica, com relações comerciais ainda limitadas.

Apesar de ser menor em população e menos desenvolvido economicamente, a professora pontuou que há similaridades nos processos históricos dos dois países, além de pontos em comum nas atuações perante a diplomacia internacional. E destacou que a África do Sul é um país influente na região. Ainda sobre a estruturação do continente, que possui 54 países, a pesquisadora explicou que a unidade é um desafio, pois, mesmo com atuação em bloco na ONU, as atuações nas negociações bilaterais são pensadas de maneira isolada.

A pesquisadora africana comentou o desafio econômico a partir da necessidade da alta dependência da população aos países dos programas sociais e casos frequentes de corrupção. Como ponto alto da parceria entre os países, ela citou o período de resistência ao Apartheid, onde o Brasil teve papel fundamental com sanções e isolamento diplomático ao regime. ■



Protagonismo do Brasil na pauta ambiental é tema na II Conferência Nacional de Política Externa

Da Rio-92 à COP30, país acumula larga experiência na diplomacia relacionada ao tema das mudanças climáticas

Claudia Rocha

Para falar sobre “Política Externa brasileira e a emergência climática”, a mesa que abriu os trabalhos do segundo dia da II Conferência Nacional, nesta terça-feira (9), trouxe professores e pesquisadores de universidades públicas de diferentes regiões.

O debate teve como objetivo apresentar o panorama atual do protagonismo do Brasil perante o tema, os mecanismos e fóruns que avançam nas políticas globais e as contradições colocadas pelo modelo exploratório. A mediação da conversa foi feita pelo professor em Relações Internacionais da pós-graduação da UNIFESP, Osmany Porto de Oliveira.

A professora de RI da UFABC e presidenta da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Yamila Goldfarb, citou o protagonismo brasileiro como histórico e destacou a liderança global do país no terceiro mandato do presidente Lula. Apesar disso, a professora colocou como central na discussão a contradição existente já que o Brasil é profundamente dependente de setores que são altamente degradantes das florestas e grandes emissores de CO₂, como

o agronegócio e a mineração.

Segundo Goldfarb, não é possível debater o tema com seriedade sem tratar do que considera um dos principais problemas do modelo: a regularização da grilagem de terras, que domina grande parte do patrimônio do setor.

Na opinião da presidenta da ABRA, é necessário enfrentar o problema da concentração fundiária, para seguir com as políticas de adaptação em relação às mudanças climáticas, combatendo o avanço do desmatamento em terras públicas. Apesar da importante redução do desmatamento, conquistada sob liderança da ministra Marina Silva, o país segue desmatando em média 2.500 campos de futebol por dia, o que coloca em evidência que o problema é sistêmico.

Professora de RI na PUC-RIO e coordenadora da Plataforma Socioambiental do BRICs Policy Center, Maureen Santos trouxe números que dimensionam a centralidade do Brasil no tema das questões ambientais e climáticas: o país possui 60% do território da floresta amazônica, tem 85% de sua matriz energética a partir de fontes renováveis e está em primeiro lugar no ranking de biodiversidade no mundo.

A professora explicou a linha do tempo da diplomacia na pauta ambiental desde 1972, com a

realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Suécia, quando os países desenvolvidos apontaram um horizonte de freio para o desenvolvimento dos países periféricos; e o Brasil se posicionou contrário.

Em 1992, o Brasil sediou a Eco-92, no Rio de Janeiro, quando o assunto ganhou fôlego de urgência e, com o desenvolvimento dos debates, foram estruturados órgãos que até então não existiam como Ibama, ICMBio e o próprio Ministério do Meio Ambiente.

Nos governos Lula, o protagonismo cresceu ainda mais, com o Brasil na liderança dos debates internacionais sobre a pauta climática. O que deixou de ocorrer durante o período em que Temer e Bolsonaro foram chefes de Estado.

Recentemente, o destaque ficou por conta da realização da COP30, em Belém, em que o Brasil não só sediou o evento, mas também teve uma das posturas mais ousadas, com a proposta do Fundo Florestas Tropicais Para Sempre, apesar das cobranças apresentadas devido ao projeto de exploração da margem equatorial.

Mayane Bento Silva, professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e coordenadora do Projeto de Extensão do Observatório da COP na Amazônia, abordou o protagonismo dos povos amazônicos enquanto sujeitos políticos no território e relatou alguns processos da pesquisa, além dos eventos que foram realizados a partir do OCA, em parceria com a Universidade Federal do Amapá.

A professora paraense afirma que, apesar da COP30 ter produzido um documento sobre racismo ambiental, o modelo exploratório segue produzindo exemplos cotidianos de violações de Direitos Humanos, como no caso da hidrovia do Tapajós e da construção da Ferrogrão, que vai ligar o norte do Mato Grosso ao porto no Pará, para o escoamento de soja. ■



Governo e movimentos debatem criação de conselho participativo sobre política externa

Criado para suprir lacuna na relação da sociedade civil e Itamaraty, CONPEB será lançado no próximo mês

Claudia Rocha

Na tarde de segunda-feira (8), a primeira mesa da II Conferência Nacional de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil apresentou as trajetórias de algumas organizações que construíram, ao longo do tempo, a proposta de criação do Conselho Nacional de Política Externa, o CONPEB.

Durante a mesa intitulada “Conselho Nacional de Política Externa”, Fabrício Prado, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais da Secretaria-Ge-

ral da Presidência da República anunciou que o lançamento do fórum está previsto para o dia 2 de julho e terá 23 cadeiras para organizações civis, acadêmicos, representantes de setores empresariais e de movimentos sociais.

O representante do governo afirmou que a ideia é que a instância enriqueça o debate internacional dentro dos ministérios a partir de visões mais plurais, com respeito à diversidade social. A mediação do debate foi Gonzalo Berrón, da Fundação Friedrich Ebert.

Juliana Gomes, que é assessora do Ministério das Relações Exteriores reforçou a fala de Fabrício

detalhando que o Conselho irá potencializar o acúmulo sobre participação social dentro da pasta, já que o conceito não costuma estar diretamente relacionado com o tema.

A assessora do MRE lembrou do diagnóstico de “terra arrasada” após a gestão Bolsonaro, que retrocedeu, dentre muitas áreas, na contribuição da sociedade no âmbito das políticas públicas. Para a representante do ministério, o Conselho será importante na construção de uma agenda de diálogo, com eventos nacionais, e que já foi feito o pedido orçamentário para garantir a estrutura dos trabalhos.



Organizações da sociedade

O secretário adjunto de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, Ariovaldo Camargo, abordou o histórico da CUT na construção da pauta internacional e relatou que a política externa sempre foi um tema considerado bastante distante e destinado exclusivamente a especialistas e que foi necessário construir ferramentas e espaços para que o assunto pudesse ser debatido pelo conjunto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o sindicalista apontou a criação do CONPEB como uma conquista para institucionalizar o diálogo e manter a possibilidade de continuidade em outros governos.

Graciela Rodriguez, coordenadora da Rede Brasileira pela

Integração dos Povos, a REBRIP, destacou que, apesar do tema da política externa ter pontos conflituosos, é importante que a sociedade tenha possibilidade de debater as diretrizes das políticas voltadas ao setor. Ela também lembrou que foi no calor das discussões da ALCA, proposta intervencionista dos Estados Unidos na década de 90, que as articulações em torno do assunto começaram a se consolidar.

Judite Santos, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, defendeu que os movimentos populares também realizam, de maneira ativa política externa, de maneira ativa, em suas atividades, nas relações com outras organizações de outros países. A coordenadora do MST destacou o papel da Via Campesina, que reúne 80 países com mais de 150 or-

ganizações.

A integrante do Conselho Popular dos BRICS trouxe a preocupação existente no campo progressista em relação ao modelo imperialista na América Latina e afirmou que há discordância do movimento camponês sobre os acordos de livre comércio recém-firmados com a União Europeia.

Para Diego Azzi, coordenador do Observatório da Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, o OPEB, espaços como o conselho que será criado devem ser preservados, pois em momentos de avanço das iniciativas autoritárias, os canais de diálogo com a sociedade são os primeiros a serem dissolvidos. Azzi apontou que, desde os anos 90, o Itamaraty realiza iniciativas de aproximação com o ambiente acadêmico e citou seminários e eventos promovidos nas últimas décadas. ■



Palestra do embaixador Audo Faleiro abre II Conferência de política externa na UFABC

Autoridade das Relações Internacionais do Brasil tratou balanço da atual gestão de Lula e os desafios para o próximo período

Claudia Rocha

Assessor-chefe adjunto, o embaixador Audo Faleiro atua, junto ao embaixador Celso Amorim, na assessoria direta do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao iniciar a palestra na abertura da II Conferência Nacional Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, na noite desta segunda-feira (8), Faleiro lembrou sua participação na primeira edição do evento e incentivou os alunos da universidade no ingresso ao Instituto Rio Branco que, segundo

ele, precisa ampliar sua diversidade de quadros, pois ainda é um espaço que absorve principalmente representantes da elite.

O embaixador afirmou que desde a última conferência “tudo piorou”. Em 2013, à época do evento, o multilateralismo estava se consolidando, os BRICs estavam em ascensão e a integração regional do progressismo na América Latina era uma realidade. Atualmente, além das principais transformações no cenário global, há uma série de conflitos como o genocídio em Gaza e a situação no Sudão, e o avanço do intervencionismo em países como a Venezuela.

De acordo com o embaixador,

na primeira edição da conferência, havia uma multipolaridade benigna, enquanto no contexto desta edição há um cenário de perplexidade e resistência com o acirramento das disputas geopolíticas.

Audo Faleiro elencou as principais ações do governo no atual mandato como: a reação ao tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com a atuação direta de Lula em 26 encontros com mais de 10 mil empresários; as articulações para pautar avanços na COP30, como a iniciativa do Fundo de Florestas Tropicais para Sempre; a aliança global contra a fome a partir da reunião do G20 no Brasil; a defesa

constante do Mercosul e da CE-LAC; entre outros pontos.

Como desafios para um quarto mandato de Lula, o assessor-chefe adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República destaca o tema da soberania digital, porque “perdemos o bonde da discussão”, já que a ascensão das plataformas ocorreu durante o governo Bolsonaro e a entrada do assunto do crime organizado transnacional.

O embaixador acredita que, assim como o Lula 3, que foi um governo com papel de transição, o Lula 4 terá a continuidade do desafio, já que as previsões até 2030 são de intensificação dos conflitos no mundo, além do avanço imperialista no continente.

Boas-vindas

Na recepção do encontro, no início da noite, foi realizada a cerimônia de abertura solene dos trabalhos da II Conferência Nacional de Política Externa. A mesa foi composta pelos presidentes das fundações que compõem a organização; a reitora da universidade, a vice-coordenadora do programa de pós-graduação em Relações Internacionais e a diretora do centro de Engenharia; e o secretário-geral do sindicato que apoia o evento.

Foi transmitido um vídeo de saudação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, que destacou que esse é um momento oportuno para o reforço do conceito de soberania nacional, a partir de tantos desafios da conjuntura política atual como: a ofensiva estadunidense a partir dos tarifas e da interferência em países do continente dentro da disputa acirrada que os EUA travam com a China na economia.

Em seu discurso, a reitora da Universidade Federal do ABC, Paula Homem de Mello, relatou



os principais pontos da primeira edição da conferência, que ocorreu em 2013, no mesmo campus.

O evento pioneiro à época inaugurou o auditório da universidade, que foi nomeado, agora, durante os trabalhos da segunda edição como “auditório Marco Aurélio Garcia”. O professor falecido em 2017 ocupou cargos de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais em governos Lula e Dilma.

Tanto a reitora Paula Homem de Mello quanto a diretora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC, Roseli Frederigi Benassi, elencaram as crises estruturais pelas quais o mundo atravessa, com ênfase nas mudanças climáticas.

A vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC, Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, coordenou a mesa e destacou que, em um cenário de guerras e ameaças de ingerências externas no Brasil, é importante que a política externa seja feita de maneira ativa e participativa, e que o convite, a partir da conferência, é de que o assunto possa ser tratado como algo do cotidiano das pessoas.

Representando a Fundação Perseu Abramo, o presidente interino Brenno Almeida comentou que a existência de fundações partidárias, como a FPA, é um reflexo da persistência da luta democrática. “Queremos deixar a soberania e a democracia como conceitos naturais para as próximas gerações”, diz Almeida.

Para Jan Souverein, diretor-geral da Fundação Friedrich Ebert, em um contexto de multilateralismo enfraquecido e com o avanço do autoritarismo no mundo, práticas que fortaleçam a cooperação internacional são ainda mais relevantes. O representante da FES apontou que a Europa atravessa um cenário de dificuldade de coordenação política e divergências sobre a reação ao belicismo dos EUA.

Claudionor Vieira, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, trouxe um panorama geral sobre a necessidade de defesa da democracia, a partir da lembrança de que o sindicato sofreu diversas intervenções nos anos de ditadura militar no Brasil, e que, mesmo após tantas vitórias sociais no campo progressista, “ainda não conquistamos a sociedade”, opina. ■

13 /06/1942

Brasil produzirá motores de avião

O governo federal funda a Fábrica Nacional de Motores (FNM), empresa estatal idealizada pelo brigadeiro Antônio Guedes Muniz e que terá sede em Xerém, município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

A instalação da fábrica foi facilitada por incentivos financeiros e assistência técnica do governo dos Estados Unidos, em cumprimento

to dos Acordos de Washington, pelos quais aquele país incentiva a economia de guerra dos países aliados — como aconteceu com a Companhia Siderúrgica Nacional.

Primeiramente, a FNM — que ficaria conhecida como “fê-nê-mê” — construiria motores para aviões, participando da fabricação de uma série experimental de 50 unidades do motor Wright, de



450 cavalos-vapor, usado em aviões de treinamento e pelo Correio Aéreo Nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo converteria a FNM em empresa de capital misto, mas mantendo o controle acionário. Em 1967, o governo militar o entregaria à italiana Alfa Romeo.

13/06/1980

LGBT e prostitutas denunciam violência

Militantes de 13 organizações se reúnem, à noite, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo em protesto contra as operações Limpeza e Rondão, comandadas pelo delegado José Wilson Richetti. Desde abril daquele ano, as polícias civil e militar vinham prendendo e espancando prostitutas, travestis e homossexuais no centro da cidade e em outras regiões da capital paulista. As ações tinham o apoio do comandante do 2º Exército, general Milton Tavares, e do governador Paulo Maluf.

Grupos homossexuais, feministas e negros passaram a se mobilizar contra a Operação Limpeza. Denunciaram as violências em entrevistas coletivas, entraram com representação judicial contra o delegado e fizeram panfle-

tagem na cidade. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa convocou o delegado e o secretário de Segurança Pública, Otávio Gonzaga Jr., para prestar esclarecimentos.

Durante o ato público, os organizadores do protesto exigiram a imediata destituição do delegado Richetti, o fim da violência policial e da discriminação racial e sexual, bem como a garantia do direito de ir e vir.

Participantes de várias entidades, como o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, o Movimento Negro Unificado, a Ação Lésbica-Feminista, o Núcleo de Defesa à Prostituta, a Associação de Mulheres, o Grupo Feminino 8 de Março, a Convergência Socialista, o Grupo de Mulheres do

Jornal “O Trabalho”, o Departamento Feminino da USP – DCE Livre, Eros, a Ação Homossexualista e Nós Mulheres, distribuíram Carta Aberta à População em que explicavam: “Hoje estamos dando uma resposta concreta a essa onda de violência desencadeada pelos responsáveis pela Segurança Pública: um secretário de Segurança, um diretor do departamento de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os”.

Apesar da chuva fina, os manifestantes deixaram a escadaria do Municipal e saíram em passeata até o largo do Arouche, também no centro de São Paulo, entoando palavras de ordem como “Amor, feijão, abaixo a repressão!”, “Lutar, vencer, mais amor e mais prazer!”, “A B X, libertem os travestis”, “Somos todas prostitutas” e ainda “Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros!”.



16/06/2005

Direito à moradia digna enfim vira lei

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.124/2005, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Com mais de 1 milhão de assinaturas, o projeto de lei, de iniciativa popular, fora encaminhado em novembro de 1991 ao Congresso Nacional, onde vinha tramitando desde então.

A mobilização popular por moradia digna vinha se intensificando até culminar, em 19 de abril de 2004, com manifestações em 16 estados. Em São Paulo, cerca de 10 mil manifestantes promoveram passeatas e ocupações de áreas e prédios públicos da capital.

Finalmente sancionado, o projeto procura atacar em várias frentes o histórico déficit habitacional brasileiro, beneficiando a população de menor renda.

De acordo com a nova legislação, os recursos do FNHIS podem ser destinados à compra, construção, melhoria e reforma de moradias, implantação de infraestrutura urbana e aquisição de materiais de construção.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br




FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores


PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Estudos em Políticas da Educação



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Informação